



DECLARAÇÃO DA CONFERÊNCIA LATINOAMERICANA: PREVENÇÃO E ATENDIMENTO DO ABORTO INSEGURO

O Consórcio Latinoamericano contra o Aborto Inseguro, CLACAI convocou à Conferência Latinoamericana: Prevenção e Atendimento do Aborto Inseguro, que foi realizada em Lima, Peru, o 29 e 30 de junho do 2009, contando com a participação de um amplo grupo de prestadores e prestadoras de serviços de saúde, pesquisadores, servidores públicos de Ministérios de Saúde, juristas e ativistas pela defesa dos direitos reprodutivos, que incluem o acesso das mulheres ao aborto legal e seguro.

A conferência permitiu uma atualização da situação que guarda esta problemática e se constituiu num foro para um rico intercâmbio de experiências desde uma perspectiva interdisciplinária; isso permitiu um diagnóstico coletivo que resultou alarmante, pois apesar de avanços significativos em países como Colômbia e México, constatou-se que no resto da região o impulso dos fundamentalismos encabeçados pela hierarquia da Igreja católica segue tendo expressões dramáticas como as que têm evidenciado em Nicarágua e a República Dominicana.

Constatamos, igualmente, a vigência do aborto inseguro como uma realidade que afeta a vida e a saúde das mulheres da região, tanto assim que 11 por cento da mortalidade materna está sócia com a prática do aborto inseguro. Deste diagnóstico coletivo surge também a evidência de que um número muito elevado de mulheres, especialmente as mais jovens, pobres e marginadas, sofre afecções severas a sua saúde, derivadas das complicações de abortos praticados em condições de insegurança.

Da mesma maneira, as altas taxas de complicações derivadas dos abortos inseguros constituem um ônus orçamentário excessiva para os sistemas de saúde pública que poderia ser utilizada para prevenir e atender problemas vitais para a saúde integral das mulheres.

Ante esta situação o plenário desta reunião declara a necessidade de exigir aos governos dos países da região:

- 1) Garantir o respeito ao Estado laico como base fundamental da democracia.
- 2) Cumprir com as obrigações legais e os compromissos adquiridos mediante a assinatura de acordos e tratados internacionais de direitos humanos, mesmos que são vinculares para os Estados nacionais.
- 3) Cumprir com as recomendações da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (O Cairo, 1994), que estabelecem que além da situação legal de cada país, as mulheres com gravidezes não desejadas têm direito a um assessoramento técnico e humano.





- 4) Garantir o acesso das mulheres a todas as tecnologias modernas e medicamentos essenciais recomendados pela Organização Mundial da Saúde, em todos os serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo a interrupção legal da gravidez.
- 5) Acompanhada de informação objetiva e veraz, fortalecer a oferta da mais ampla gama de métodos anticonceptivos, incluindo a anticoncepção de emergência e o atendimento pós-aborto, pondo ao alcance das mulheres os procedimentos mais seguros, tais como a aspiração manual endouterina ou AMEU.
- 6) Implementar as recomendações da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia, FIGO, em relação com a incorporação do misoprostol para uso obstétrico nos sistemas sanitários dos países, devido a sua provada contribuição à redução da morbimortalidad materna.
- 7) Implementar a cabalidade e vigiar que se cumpram leis, normas e guias já existentes que permitem a interrupção da gravidez por diversas causas.
- 8) Atribuir os recursos necessários para fortalecer e ampliar os serviços para a interrupção da gravidez nas causais permitidas.
- 9) Nos casos nos que teve retrocessos legislativos, exigir a revisão das leis que permitam salvar e respeitar a vida e a saúde das mulheres.

De igual modo, as e os participantes desta conferência, desejamos reconhecer:

1. O grande compromisso dos profissionais da saúde que foram líderes de iniciativas transgressoras, e conseqüentes com seu dever de respeitar e garantir os direitos sexuais e reprodutivos das pessoas; assim mesmo fazemos um chamado ao resto da comunidade de profissionais da saúde para que assumam sua responsabilidade e se somem a estas iniciativas.
2. Os esforços da comunidade científica, que jogou um papel fundamental na recolha de evidência para sustentar as mudanças positivas nas leis; e instar a estes profissionais a que continuem desenvolvendo esforços para encher a brecha de informação necessária para seguir avançando tendo em vista tais mudanças.
3. O compromisso de toda e todos aqueles ativistas que se abocaram a defender os direitos humanos das mulheres, e cuja contribuição ao monitorio e controle social das políticas públicas foi essencial para assegurar que mais mulheres tenham acesso à informação sobre o direito que têm à liberdade reprodutiva.

Da mesma maneira convocamos à sociedade civil a assumir a responsabilidade de informar-se e de exigir o respeito a seus direitos humanos, especificamente seus direitos sexuais e reprodutivos.





Finalmente, chamamos à comunidade internacional a mobilizar-se para frear e castigar como o estabelece a lei, condutas fundamentalistas de quem, sob uma suposta defesa da vida, promovem a violência a tal ponto que possam ocorrer fatos tão lamentáveis como o recente assassinato em Estados Unidos do doutor George Tiller, um médico comprometido que salvou a vida de muitas mulheres.

Esta conferência permitiu que ativistas, prestadores dos serviços de saúde, investigadores e investigadoras, juristas e servidores públicos de Ministérios de Saúde convocados pelo Consórcio Latinoamericano contra o Aborto Inseguro, CLACAI, reafirmássemos nosso compromisso com a vida e a saúde das mulheres de América Latina.

Lima, Peru, 30 de junho de 2009.

O Consórcio Latinoamericano
Contra o Aborto Inseguro

O Comitê de Direitos Sexuais
e Reprodutivos da FLASOG

Organizações que se aderem a esta Declaração:

Argentina

Mujeres al Oeste
Centro de Estudios Estado y Sociedad

Bolivia

Fundación ESAR Bolivia
Ipas Bolivia
Wiñay, Bolivia
Universidad Mayor de San Andrés

Brasil

Centro Integrado de Salud Amaury de Medeiros, Brasil
Comisión de Ciudadanía y Reproducción (CCR)
Federación Brasileña de Ginecología y Obstetricia, FREBRASGO, Brasil
UNIFES P

Colombia

Fundación Oriéntame
Fundación ESAR
Costa Rica
Asociación Demográfica Costarricense
Asociación de Ginecología y Obstetricia
Asociación Mujeres en Solidaridad
Casa Ames



**International Consortium
for Medical Abortion**



Colectiva por el Derecho a Decidir

Ecuador

Family Care International
Fundación Desafío
Fundación ESAR
Fundación de Mujeres Luna Creciente, Ecuador
Hospital Gineco Obstétrico Isidro Ayora

Estados Unidos

Community Health Care, USA
Gynuity Health Project
Ibis Reproductive Health
International Planned Parenthood Federation/Western Hemisphere
International Women's Health Coalition
Ipas
Planned Parenthood

Guatemala

Asociación Apóyame, Guatemala
Asociación Civil de Mujeres Apóyame, Guatemala
Asociación de Mujeres en Solidaridad AMES
Asociación de Mujeres Médicas
CEIBA
Centro de Investigación Epidemiológica en Salud Sexual y Reproductiva
Manos Abiertas

México

Católicas por el Derecho a Decidir
Centro de Atención Integral a la Pareja
Fundación ESAR
Fundación Mexicana para la Planeación Familiar
Grupo de Información en Reproducción Elegida
Ipas Mexico
Population Council, Mexico

Nicaragua

AMNLDE
Casa de la Mujer Mercedes Rosales
PROFAMILIA



**International Consortium
for Medical Abortion**



Perú

Asociación Familia Sana, Cajamarca Perú
Asociación Mujer Sana
Asociación Peruana Mujer y Familia
Asociación Promoción y Desarrollo de la Mujer
Ayni Desarrollo
Centro de Atención en Salud Vermell
Centro Ideas
Centro de la Mujer Peruana “Flora Tristán”
Centro de Promoción la Mujer “Micaela Bastidas”
Centro de Promoción y Defensa de los Derechos Sexuales y Reproductivos PROMSEX
Colegio de Obstetras de Piura
Colegio Regional de Obstetras XII-Tacna, Perú
Coordinación Nacional de Obstetras del Sector Privado e Independiente
Foro Regional por los Derechos Sexuales y Reproductivos
Foro Salud Macro Región Sur
Foro Salud Regional de Piura
Foro Salud Ucayali
Fundación ESA
Humanidad Libre
Instituto de Paternidad Responsable
Medisol
Movimiento Manuela Ramos
Pathfinder International
Sociedad Peruana de Obstetricia y Ginecología, filial Arequipa,
Surbumi, Foro Salud la Libertad

República Dominicana

Colectiva Mujer y Salud

Reino Unido

Reproductive Health Matters
Options

Uruguay

Iniciativas Sanitarias
RUDA
Cotidiano Mujer

Venezuela

PLAFAM



**International Consortium
for Medical Abortion**



Organismos regionales

Federación Latinoamericana de Sociedades de Obstetricia y Ginecología
Ipsa Centroamerica
Red Latinoamericana de Catolicas por el Derecho a Decidir
Red Legal Constitucionarias de Derechos Sexuales y Reproductivos
Red de Salud Latinoamericana

Otras Instituciones

Asociación de Mujer y Salud
PIAFAM



***International Consortium
for Medical Abortion***